

17.03.2016 – 14h00

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

Entidade: Rede Educação XXI (António Quaresma Coelho, Irina Felício e Mário Alves Pereira)

Recebidos por: Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP)

Assunto: Apresentação da Rede Educação XXI

A Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP), que presidiu à reunião, cumprimentou os representantes da Rede Educação XXI, indicou a grelha de tempos e passou depois a palavra a António Quaresma Coelho para fazer a sua intervenção inicial, que pode ser consultada na [página da Comissão](#).

De seguida, a Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) disse que, sendo utilizada transversalmente pelos partidos políticos, a autonomia era interpretada de forma diferente por cada um dos partidos representados na Assembleia da República.

Referiu concordar com muitas das ideias defendidas pela Rede XXI sobre aquilo que deve ser a autonomia das escolas.

Em relação aos professores em concreto, perguntou o que é que a Rede XXI defendia em termos de autonomia organizacional e da possibilidade de, por exemplo, renovar os contratos dos professores contratados que desempenham bem o seu papel e que conseguem criar laços de afetividade com os alunos.

Questionou também a posição da Rede XXI sobre a possibilidade de se criar uma carreira autónoma para diretores, sublinhando a este propósito que os próprios diretores têm entendimentos diferenciados quanto a esta questão, defendendo uns que isso pode ser



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

vantajoso porque lhes poderia dar uma especialização e um percurso claro e diferenciado e outros que essa carreira os poderia impedir de voltar a ser professores caso não conseguissem ser eleitos para esse cargo.

Em relação à autonomia pedagógica, referiu haver uma série de iniciativas legislativas que brevemente iam ser discutidas no Plenário da Assembleia da República sobre a redução do número de alunos por turma. Pese embora todos possam estar de acordo quanto a questão porque todos gostariam de ver um filho numa turma pequena, a verdade é que nem todos estão de acordo quanto à fixação de um número específico, igual para todas as turmas de cada ciclo (e, acrescentou, não ser isso que o CDS-PP defende). Para além de avaliar o custo/benefício de tal medida, urge apurar se não faria mais sentido conceder uma maior autonomia, um maior grau de liberdade a cada escola em sede de direção e de conselho pedagógico para que cada uma possa decidir o número ideal de alunos por turma.

Quanto à autonomia curricular, disse lamentar que ela não seja discutida de uma forma articulada com outras áreas, perdendo-se depois a noção do impacto que essa autonomia pode ter em cada medida. Referiu que o governo anterior tinha feito algumas incursões nos contratos de autonomia e na descentralização das competências das escolas para as autarquias, em que se concedia uma margem de 25% do tempo letivo para que ele pudesse ser gerido pelas escolas e autarquias, mas que teve conhecimento de que este Governo vai recuar em relação a esta matéria em concreto porque não concorda na entrega a outros decisores que não o decisor central da responsabilidade sobre o currículo. Daí perguntar à Rede XXI qual a sua posição sobre essa matéria em concreto e se as escolas com contratos de associação e que pertencem à rede pública de educação entram no perímetro das suas preocupações.

Os representantes da Rede Educação XXI responderam no fim a todas as questões colocadas, tendo sublinhado, designadamente, que todos procuram que as escolas tenham mais e melhores condições para poder alcançar melhores resultados, o que com o modelo atual, apesar de todos os recursos existentes, não se conseguiu alcançar; nesse sentido, defendem que há que encontrar novas soluções para que a escola possa ter outro tipo de organização.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Em relação à autonomia, defendem ser muito importante conceder poderes às escolas para que estas possam ajustar os currículos às suas realidades, tornando-se também necessário que estas administrem melhor os recursos de que dispõem. Sublinharam que o modelo de contratação adotado encontra-se esgotado, havendo necessidade de encontrar uma nova forma de gestão da carreira docente que traga mais serenidade e tranquilidade às escolas. A nível organizacional as escolas têm gestores eminentemente burocratas, mas não «gestores pedagogos». A ação fundamental das escolas expressa-se ao nível pedagógico e o líder de topo dessa organização tem de ter sempre isso presente. O que se verifica é que os diretores têm a responsabilidade de presidir à área administrativa e, ao mesmo tempo, ao conselho pedagógico. Devido à forte pressão que sentem, assumem a parte administrativa, o que faz com que não tenham tempo para a parte pedagógica, o que está completamente errado.

Tendo os políticos um limite de tempo para o exercício dos seus mandatos, torna-se necessário adotar essa mesma regra no sistema educativo. Neste momento 70% dos diretores têm entre 16 e 23 anos de serviço na gestão das escolas, o que tem de ser claramente alterado. O diretor deve funcionar como um mediador, organizador e provocador do desenvolvimento da organização da sua escola, procurando sempre novas soluções e dispor de uma maior autonomia.

No final, os representantes da Rede XXI agradeceram a concessão da audiência.

A gravação áudio da reunião está disponível na [página da Comissão](#).

Palácio de São Bento, 6 de abril de 2016

A Assessora da Comissão
Maria Mesquitela